



Ministério da Saúde  
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos

OFÍCIO Nº 636/2023/ASPAR/MS

Brasília, 15 de maio de 2023.

A Sua Excelência o Senhor

**Deputado Federal Luciano Bivar**

Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

**Referência:** Requerimento nº 649/2023.

**Assunto:** Informações sobre o funcionamento, política de financiamento e mecanismos de ação e cobertura do mutirão de cirurgias eletivas no Brasil.

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 112/2023, proveniente da Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados, referente ao Requerimento de Informação nº 649/2023, de autoria do Senhor Deputado Federal Beto Preto (PSD/PR), por meio do qual requisita a Senhora Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações sobre as diretrizes, funcionamento, política de financiamento e mecanismos de ação e cobertura do mutirão de cirurgias eletivas no Brasil.

2. Informo que o requerimento foi encaminhado à Secretaria de Atenção Especializada à Saúde para manifestação, dentro de suas respectivas competências.

3. Nesse sentido, a área técnica respondeu aos quesitos nos seguintes termos:

a) **Item 1.** O Governo Federal pretende aportar R\$ 600 milhões para o programa de Cirurgias Eletivas no país, segundo página oficial do Governo Federal. O programa, com início previsto para fevereiro de 2023, já está em efetivo andamento?

Sim. O Ministério da Saúde está recebendo os Planos Estaduais de Redução das Filas, e vem sistematicamente realizando os repasses financeiros e adotando os procedimentos técnicos previstos na Portaria GM/MS nº 90/2023, que regulamenta o Programa.

b) **Item 2.** O programa deve ser uma ação perene ou pontual, considerando o cenário reprimido dos procedimentos eletivos, agravado no período pós-pandemia?

Nos termos da Portaria GM/MS nº 90/2023, o Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas terá vigência de um ano, podendo ser prorrogado por igual período.

**c) Item 3.** Há alguma previsão, por parte do Ministério da Saúde, de repasse extra na cota já prevista aos Estados e Municípios?

Não. Neste momento o Ministério da Saúde está empenhado em apoiar Estados e Municípios na elaboração dos Planos Estaduais de Redução das Filas, visando à transferência integral dos recursos previstos na Portaria GM/MS nº 90/2023.

**d) Item 4.** O Governo Federal anunciou R\$ 200 milhões para o início das ações do Programa. Quanto já foi repassado para os demais entes e quais foram os procedimentos com maior número de realizações?

Até este momento já foram publicadas 9 (nove) portarias de transferência de recursos, totalizando R\$ 43.786.505,63 (quarenta e três milhões, setecentos e oitenta e seis mil, quinhentos e cinco reais e sessenta e três centavos). Sobre os procedimentos com maior número de realizações, serão objetos de análise e monitoramento por indicadores, a partir da competência de maio de 2023, quando haverá a disseminação, pelo DATASUS, da produção de março de 2023, registrada nos sistemas SIA e SIH/SUS.

**e) Item 5.** O restante do aporte, de R\$ 400 milhões, está previsto conforme a produção. O diagnóstico já foi apresentado sobre como será o repasse e quanto cada especialidade vai canalizar deste aporte?

O repasse será realizado mediante a apuração da produção nos sistemas SIA e SIH/SUS, onerando o Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC, em conformidade com a distribuição dos recursos aprovada na Comissão Intergestores Bipartite - CIB de cada Estado. Não há destinação previamente definida por especialidade, cabendo aos Estados e Municípios apresentar a produção dos procedimentos cirúrgicos realizados, por meio de série numérica de AIH e APAC, específicas do Programa.

**f) Item 6.** Quais serão as especialidades de maior aporte nos procedimentos, em razão das demandas?

O Ministério da Saúde definiu o escopo de procedimentos do Programa por meio da Portaria SAES/MS nº 237/2023, cabendo aos Estados e Municípios definir e quantificar as filas prioritárias que serão objeto dos Planos Estaduais de Redução das Filas. Como o processo de recepção dos Planos Estaduais, pelo Ministério da Saúde, ainda está em curso, será preciso aguardar a consolidação dos 27 Planos Estaduais para obter a análise das especialidades com maior demanda e consequente aporte de recursos.

**g) Item 7.** O Governo Federal anunciou também que a segunda fase seria a partir de abril, especialmente com enfoque no atendimento oncológico. Como está o planejamento e quais as ações previstas?

O planejamento da segunda etapa está em curso, considerando que ainda não foram enviados, ao Ministério da Saúde, todos os Planos Estaduais referentes às cirurgias eletivas.

**h) Com relação aos Itens 8, 9 e 10,** a Secretaria de Atenção Especializada à Saúde esclarece que:

Em relação aos itens 8, 9 e 10 é importante destacar que o Ministério da Saúde vem trabalhando em diversas frentes para apoiar Estados e Municípios no enfrentamento do cenário pós-pandemia, em especial quanto à necessidade de avançar no atendimento da demanda reprimida por

procedimentos da atenção especializada. É importante, considerando a amplitude dos questionamentos apresentados pelo parlamentar nestes itens, que haja uma compilação das diversas ações em curso, que envolvem áreas distintas, em especial àquelas que demandam a transferência de recursos financeiros, contudo vale destacar o esforço que tem sido empreendido para identificar a necessidade de habilitação de serviços especializados e leitos, gerando um aporte de recursos a serem incorporados aos tetos financeiros de média e alta complexidade dos Estados e Municípios.

4. Sem mais para o momento, este Ministério permanece à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

**NÍSIA TRINDADE LIMA**

Ministra de Estado da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Nísia Verônica Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde**, em 06/06/2023, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0033546428** e o código CRC **647F9123**.

Referência: Processo nº 25000.044978/2023-17

SEI nº 0033546428



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Primeira-Secretaria

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 112

Brasília, 27 de abril de 2023.

A Sua Excelência a Senhora  
**NÍSIA TRINDADE**  
Ministra de Estado da Saúde

Assunto: **Requerimento de Informação**

Senhora Ministra,  
Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento de Informação nº 523/2023	Deputado Abilio Brunini
Requerimento de Informação nº 535/2023	Deputado Diego Garcia
Requerimento de Informação nº 543/2023	Deputado Capitão Alberto Neto
Requerimento de Informação nº 571/2023	Deputada Clarissa Tércio
Requerimento de Informação nº 573/2023	Deputado Léo Prates
Requerimento de Informação nº 596/2023	Comissão de Saúde
Requerimento de Informação nº 629/2023	Deputado Amom Mandel
Requerimento de Informação nº 630/2023	Deputado Amom Mandel
Requerimento de Informação nº 632/2023	Deputado Amom Mandel
Requerimento de Informação nº 649/2023	Deputado Beto Preto
Requerimento de Informação nº 650/2023	Deputado Beto Preto
Requerimento de Informação nº 654/2023	Deputado Sóstenes Cavalcante
Requerimento de Informação nº 656/2023	Deputada Delegada Katarina

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requerida ser de natureza sigilosa, seja enviada também cópia da decisão de classificação proferida pela autoridade competente, ou termo equivalente, contendo todos os elementos elencados no art. 28 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em invólucro lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

Atenciosamente,

**Deputado LUCIANO BIVAR**  
Primeiro-Secretário

**- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.**

/DFO





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Deputado Federal **BETO PRETO**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023.**  
**(Do Sr. Beto Preto)**

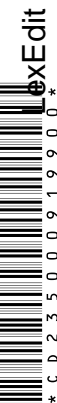
Requer informações à Excelentíssima Ministra de Estado da Saúde, Senhora Nísia Trindade, sobre as diretrizes, funcionamento, política de financiamento e mecanismos de ação e cobertura do mutirão de cirurgias eletivas no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115, inciso I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade, sobre as diretrizes, funcionamento, política de financiamento e mecanismos de ação e cobertura do mutirão de cirurgias eletivas no Brasil, nos termos a seguir:

- 1) O Governo Federal pretende aportar R\$ 600 milhões para o programa de Cirurgias Eletivas no país, segundo página oficial do Governo Federal<sup>1</sup>. O programa, com início previsto para fevereiro de 2023, já está em efetivo andamento ?

<sup>1</sup> Acesso em 30/03/23: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/02/governo-federal-investe-r-600-milhoes-para-reduzir-filas-de-cirurgias-eletivas-no-sus>



- 2) O programa deve ser uma ação perene ou pontual, considerando o cenário reprimido dos procedimentos eletivos, agravado no período pós-pandemia?
- 3) Há alguma previsão, por parte do Ministério da Saúde, de repasse extra na cota já prevista aos Estados e Municípios?
- 4) O Governo Federal anunciou R\$ 200 milhões para o início das ações do Programa. Quanto já foi repassado para aos demais entes e quais foram os procedimentos com maior número de realizações?
- 5) O restante do aporte, de R\$ 400 milhões, está previsto conforme a produção. O diagnóstico já foi apresentado sobre como será o repasse e quanto cada especialidade vai canalizar deste aporte?
- 6) Quais serão as especialidades de maior aporte nos procedimentos, em razão das demandas?
- 7) O Governo Federal anunciou também que a segunda fase seria a partir de abril, especialmente com enfoque no atendimento oncológico. Como está o planejamento e quais as ações previstas?
- 8) Considerando o cenário do pós-pandemia, haverá alguma outra ação que seja de compensação financeira aos Estados e Municípios sobre eventual adiantamento dos procedimentos?
- 9) A pandemia impôs a suspensão dos procedimentos e mutirões de cirurgias eletivas. Além da retomada dos procedimentos para redução das filas de espera, há alguma outra estratégia adicional por parte do Ministério da Saúde neste sentido?
- 10) Mesmo com um aporte substancial para o Programa, existe igualmente previsão de revisão da tabela para remuneração de procedimentos do SUS, especialmente com a correção dos índices inflacionários?





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Deputado Federal **BETO PRETO**

**JUSTIFICAÇÃO**

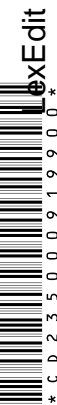
O Ministério da Saúde precisa apresentar as diretrizes, funcionamento, política de financiamento e mecanismos de ação e cobertura do mutirão de cirurgias eletivas no Brasil. As informações são necessárias para a efetivação de soluções transparentes e conjuntas do Parlamento e do Poder Executivo para minimizar os perversos efeitos derivados das enormes filas dos procedimentos dessa natureza.

Entendemos que a Política Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Programa com previsão de início em fevereiro, tem que se constituir em prioridade absoluta do Ministério da Saúde. Afinal, são milhares de pacientes em cada localidade deste imenso país necessitados de procedimentos fundamentais para a saúde pessoal e, como consequência, para o bem-estar da família.

Com o surgimento da pandemia da Covid-19, os procedimentos obviamente se acumularam e a situação se agravou bastante. Entretanto, com a implantação de mencionado Programa de redução de filas, há perspectivas positivas para superar esse momento delicado para a saúde pública.

Segundo informações oficiais amplamente divulgadas pela imprensa, há um aporte assegurado de R\$ 600 milhões para o desenvolvimento do Programa, sendo, inicialmente, aplicados R\$ 200 milhões para incentivar a organização de mutirões para aliviar a demanda e mais R\$ 400 milhões destinados a cirurgias que se encontram com maior passivo.

Nesse contexto, e em reconhecimento ao significativo esforço de todos os segmentos do Sistema Único de Saúde (SUS), solicitamos informações sobre as estratégias desenvolvidas, as ações implementadas e os resultados esperados, com enfoque especial na redução das filas, na transparência da gestão e aplicação eficiente dos recursos.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Deputado Federal **BETO PRETO**

O volume de recursos financeiros é significativo, não se discute, entretanto é indispensável saber se há, também, previsão de adequação da tabela para remuneração de procedimentos do SUS, em muitos casos com defasagem muito superior aos índices inflacionários. Nesse diapasão, é importante, ainda, saber que tipo de incentivo financeiro adicional será destinado aos estados e municípios para que resultados sejam alcançados eficaz e tempestivamente.

Para se compreender a dimensão do impacto da pandemia de Covid-19, vamos ilustrar com informações disponibilizadas recentemente pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) do Paraná. Em 2019, no último ano sem a pandemia, foram realizadas 509.733 cirurgias eletivas. Nos dois anos seguintes, somadas, foram cerca de 630 mil, o que gerou um enorme passivo, estimado em, ao menos, 400 mil procedimentos cirúrgicos eletivos. É evidente e impressionante o impacto negativo da crise pandêmica. Em 2022, já em franca recuperação, o número foi alçado a mais de 425.000<sup>2</sup>, porém ainda muito distante do desejado.

Temos total disposição para colaborar e unir esforços com o objetivo de enfrentar com conhecimento, vigor e dedicação esse quadro preocupante. Há, hoje, uma consciência uniforme de que a sociedade espera com ansiedade por melhores tempos para o Sistema de Saúde e para todos os brasileiros, após a superação dos momentos críticos da pandemia.

Sala das Sessões, em        de        de 2023.

**Beto Preto**  
**Deputado Federal - PSD/Paraná**

<sup>2</sup> <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Estado-apresenta-resultados-do-Opera-Parana-no-encontro-de-gestores-do-Sul-e-Sudeste>

